

15 SET 1997 O desafio de 2006 15 SET 1997

BRASÍLIA — A economia estável traz mudanças nos hábitos das pessoas e também alterações metabólicas na vida das empresas. Notável, pela profundidade da transformação, foi o que ocorreu com as medidas temporais do planejamento empresarial. Dia, semana e mês não mais se confundem com curto, médio e longo prazos. O futuro com que o empresário se preocupa agora se ampliou, olha para o ano 2006 não como exercício de abstração, mas como questão vital para a sobrevivência de sua empresa.

O desarranjo das contas públicas, a heterodoxia das políticas econômicas e a inflação galopante foram razões para que, desde os anos do governo Geisel, se vissem governo e empresários sem motivos para voltar a entabular conversa inteligente, em benefício comum.

Sentam-se agora as duas partes para discutir inquietações que têm nome e data marcada. A data, já referida, é o ano 2006, escolhido não por quaisquer eventuais características cabalísticas, mas por razões muito práticas: marca o início da "tarifa zero" — o fim das listas de exceções — entre os sócios do Mercosul; e será, possivelmente, o primeiro ano de redução de tarifas no âmbito do processo de integração.

Daqui para frente, se possível uma vez por mês, o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, e o secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Ronaldo Sardemberg, acompanhados de assessores de outras áreas do governo, pretendem se reunir com a nata do empresariado para o que têm chamado de "olhar para o futuro".

Há semelhanças e diferenças entre estes encontros e as reuniões do governo Geisel (1974-79) entre o então ministro do Planejamento e Coordenação Geral, João Paulo dos Reis Velloso, e o empresariado brasileiro (e de onde terá talvez extraído Velloso o gosto pelo tipo de exercício que hoje, na iniciativa privada, pratica com eficiência, no seu "Fórum Nacional"), em torno do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE). Os motivos, então, eram outros.

Os encontros de Reis Velloso tinham urgência que os de hoje não

têm. Naquela época corria-se para compensar um dano sofrido. A crise do petróleo, que eclodiu em 1973, pegou o mundo e o Brasil desprevenidos, e se fosse para seguir a receita que todos os países dependentes de combustíveis importados adotaram, os anos Geisel seriam anos de recessão. Mas estavam, os dois, decididos a fazer do revés, ganho. A lógica era a de que se o Brasil continuasse a investir e crescer, teria muito a ganhar quando o mundo saísse da recessão. Fazia-se necessário novo e urgente tipo de parceria entre o Estado e o setor privado que permitisse, pelo impulso em áreas novas (metais não-ferrosos, indústria de bens de capital) a expansão do potencial exportador brasileiro.

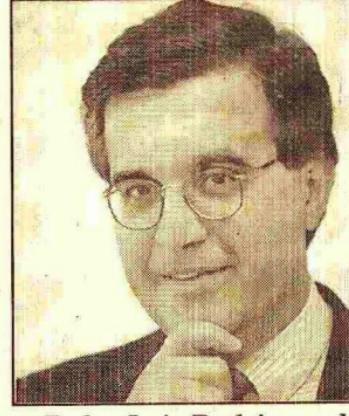
Os resultados desses entendimentos — que ficaram como uma das marcas registradas do governo

Ernesto Geisel — foram bastante profícuos. Um modelo industrial novo foi montado nessas áreas novas (o do famoso tripé Estado-capital privado nacional-capital privado estrangeiro) e logo pareceu a todos que se estava num bom caminho para a reversão do desastre nas contas de comércio e corrente do balanço de pagamentos. O novo choque do petróleo, de 1979, não fora contado previsto. A partir daí, até a crise de pagamentos de 1982, a preocupação passou a de se rolar a dívida ex-

terna até onde possível.

As condições eram outras, sem democracia, ainda com o culto ao Estado-empresário (desestatização, creio, foi tema que só começou a ganhar espaço em 1976), e com a distribuição de benesses advinda do mercado interno protegido.

Passados 20 anos, o Brasil mudou muito. No diálogo que agora iniciam, governo e empresas não têm que reparar os danos de fato imprevisto (como a crise de petróleo), mas trabalham para enfrentar fatos previstos. É bom que as duas partes dialoguem muito. As empresas certamente trarão maior realismo às projeções e visões dos técnicos do governo. O governo saberá onde deverá apertar os para-fusos na área produtiva e como estimular a produtividade para que a empresa brasileira — industrial, agrícola e de serviços — possa sobreviver a 2006.



■ Pedro Luiz Rodrigues dirige a sucursal de Brasília

O futuro com que o empresário brasileiro se preocupa agora se ampliou para o ano 2006